

USP cogita Enem para acesso à graduação

A forma de entrada abrangeria **15% dos ingressos** e se prestaria a alunos de **escolas públicas**

MARCELA CAMPOS

Shinsuke Kira, 20 anos, morador de Rio Grande da Serra, estado de São Paulo, acorda todos os dias às 4h45 da manhã. Sai de casa às 5h e pega trem e metrô para chegar à capital a tempo das aulas do cursinho, que começam pontualmente às 7h05. Shinsuke estuda no Etapa Ana Rosa com bolsa integral e já passou por outros dois preparatórios nos últimos anos, sempre contemplado pelo benefício na mensalidade.

Foi ajudando os colegas da ETEC Alberto Santos Dumont a sanar dificuldades de aprendizado que o estudante da região metropolitana de São Paulo descobriu sua vontade de exercer a Medicina. Tendo sido aluno da rede pública por toda a sua vida, não foi até a chegada no cursinho que percebeu suas defasagens no conteúdo escolar: "Todos os meus colegas de sala eram de escolas particulares. O nível deles era, sem dúvida, superior ao meu", explica.

Para este e mais milhões de alunos é que está em via de aprovação, na Universidade de São Paulo, uma medida que reserva 15% das vagas anualmente abertas para estudantes de escolas públicas com ingresso via Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A medida afirmativa é mais um passo na direção da meta da USP, que é de ter, em sua composição de alunos, 50% deles provenientes da rede pública até 2018 — no último ano, 35,1% dos ingressantes se encaixavam neste perfil. Segundo a pró-reitoria de Graduação, a proposta conta com amplo apoio da comunidade acadêmica e deve ser apresentada ao Conselho Universitário (COU) para aprovação até junho, podendo estar em vigor já no próximo vestibular, ao fim deste ano.

Já existe, na Universidade, o Inclusp — o programa consiste em medidas de bonificação que podem chegar até 20% de acréscimo na nota de alunos de escolas públicas e 25% para estes alunos que forem negros ou indígenas. Foi com o bônus que Shinsuke conseguiu passar para a segunda fase da Fuvest nos últimos dois anos: "Fiz 62 pontos [na primeira fase]. Com o Inclusp, fui para 72. Passei na primeira fase pra Medicina, mas não fui aprovado", e desabafa: "Se eu não tivesse esses bônus, eu nunca iria passar ou sequer ter alguma esperança". Douglas Rocha Constancio, professor de Sala de Leitura e História da Diretoria Regional de Ensino de São Mateus, também fala sobre a importância dos mecanismos de inclusão para o aluno da rede pública: "A criação dos bônus e

cotas é um primeiro passo para encorajar o aluno da periferia, para que ele também almeje a universidade".

A escolha do Enem é bem-vinda para Shinsuke, já que a prova "se aproxima mais da função social da escola", apontando como exemplo as redações do exame, que sempre buscam questionamentos cívicos. Ainda segundo ele, há maior proximidade com o projeto da escola pública, que não forma "um aluno robô que resolve provas, mas prioriza a formação social do aluno, quer que ele saia de lá formado como um cidadão melhor". Constancio concorda e ressalta a principal diferença que vê entre os colégios particulares e públicos — enquanto os primeiros podem focar no conhecimento técnico voltado ao vestibular, os últimos precisam com outras adversidades. Acrescenta, ainda, que as provas estão mais exigentes e que muitos dos alunos das escolas públicas precisam estudar e trabalhar simultaneamente, o que acarreta que "eles não tenham dedicação exclusiva".

Shinsuke não deixa de fora o recorte que diferencia as ETECs das escolas públicas estaduais de nível médio, que são maioria no país: "[Nas escolas públicas estaduais] o ensino é muito defasado. A expectativa de continuidade nos estudos não é prioridade", aponta. De acordo com ele, ainda há diferenças na administração de ambos os modelos — enquanto as estaduais regulares são regidas pela Secretaria da Educação,

as ETECs são dirigidas pela autarquia Centro Paula Souza, que é controlada pela Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia. Além disso, as últimas ainda requerem a participação em um processo seletivo para ingresso, chamado informalmente de "vestibulinho", que visa selecionar os melhores alunos sob a ótica conteudista. O vestibulando avalia as chances do aluno da ETEC de conseguir uma vaga em um curso superior mais concorrido, como Medicina ou Engenharia, como "muito difícil, e a da escola estadual comum é bem menor". Segundo Constancio, "até então, cabiam aos estudantes de escolas públicas os cursos de licenciatura ou de baixa remuneração no mercado de trabalho".

O professor fala da necessidade de derrubar o mito que alunos cotistas podem ter desempenho pior do que a média e, consequentemente, degenerar o nível de qualidade das universidades públicas: "Alunos cotistas são dedicados, inteligentes, disciplinados. Desistem menos porque não podem se dar ao luxo de perder uma oportunidade".

A notícia da possibilidade de reserva de 15% das vagas na USP pegou Shinsuke de surpresa: "Fico feliz em saber que mais pessoas poderão cursar uma das melhores faculdades do Brasil", declarou, após ressaltar a importância de qualquer forma de inclusão. Ele ainda chamou a atenção para outro ponto da medida que democratiza o ingresso na Universidade: "A inscrição

"A principal diferença entre o ensino público e o privado é que o público tem, além do ensino, outras questões a serem resolvidas, o que faz com que o foco não seja somente o vestibular."

— Douglas Rocha Constancio, professor de Sala de Leitura e História da Diretoria Regional de Ensino de São Mateus

da Fuvest é muito cara. Alunos que não conseguem pagar muitas inscrições e alunos de outros estados vão ser beneficiados". Quando questionado se pretende se inscrever no programa caso ele seja aprovado para o vestibular 2015, Shinsuke encerra a entrevista dizendo: "Preferido, sim! USP é USP!"

Ingresso Negro De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do total de inscritos no Enem 2014, 57,91% eram autodeclarados negros. Ao mesmo passo, negros ou pardos são 56,4% nas escolas públicas do país, segundo o Censo Escolar 2005.

Para Pamela Camarano, estudante de Turismo da Universidade de São Paulo e negra, a medida pode ser benéfica para o grupo racial "se considerarmos que está reservado um espaço a um grupo no qual negros são maioria", esclarece, sem deixar de mencionar que dificilmente a medida será tão eficaz quanto o sistema de cotas. Isso porque, segundo a estudante, ainda que as chances sejam maiores de haver um negro selecionado dentro da porcentagem (15%) de vagas destinadas à escola pública do que fora, ainda não se reserva a ele espaço e visibilidade próprios da desigualdade histórica de que sofrem. "Beneficia, mas não isenta da necessidade de um programa onde os negros e seu histórico de opressão sejam o foco e que almeje igualar seu espaço com o da população branca", finaliza.

